

## EMERGÊNCIA DO SETOR DE PETRÓLEO NA GUIANA: ESTUDO INSPIRADO NO DEBATE SOBRE O NEOEXTRATIVISMO

**Oil boom in Guyana: an approach based on the debate concerning neoextractivism**

**HOYÊDO NUNES LINS** | hnlins55@gmail.com |

Professor dos Programas de Pós-Graduação em Economia e em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina

**Recebimento do Artigo:** Agosto de 2023 **Aceite:** Dezembro de 2023

**Resumo:** Em 2015, descobriram-se na Guiana grandes quantidades *offshore* de petróleo e gás. A extração vem gerando importantes receitas de exportação, que estimulam medidas para promover o desenvolvimento no país com o aproveitamento delas. Baseado em pesquisa documental e bibliográfica, o estudo caracteriza a Guiana como uma economia petroleira e discute, à luz do debate sobre o neoextrativismo, ações realizadas até o início de 2023. Argumenta-se que o figurino neoextrativista está presente. Há forte envolvimento público, inclusive com definição de termos contratuais de exploração bastante favoráveis às empresas estrangeiras. O mesmo se aplica à busca de condições para usufruir dos resultados, visando diversificar a economia e multiplicar oportunidades sociais. Mas a fragilidade institucional do país, as carências e o peso dos interesses do grande capital internacional, entre outros aspectos, autorizam o ceticismo e fazem dessa experiência um instigante assunto para estudos sobre desenvolvimento na América Latina.

**Palavras-chave:** Petróleo; Guiana; neoextrativismo; Estado; desenvolvimento.

**Abstract:** Important offshore amounts of oil and gas were discovered in Guyana in 2015. Since the beginning, extraction has meant expressive export revenues, encouraging institutional measures to profit from it in development promotion. Based on documental and bibliographical research, this study characterizes Guyana as an oil economy and discusses, grounded on the debate on neoextractivism, some initiatives carried out until recently. It is argued that the neoextractivist model is present. There is strong public engagement, by adopting contractual exploration terms that are very favorable to foreign companies, and creating conditions to profit from the results, aiming at economic diversification and new social opportunities. But the country's institutional fragility, the problems faced by poor groups and the burden represented by the behavior of big international capital, among other aspects, authorize skepticism, making this experience an important issue concerning development studies in Latin America.

**Keywords:** Oil; Guyana; neo-extractivism; State; development

### 1. INTRODUÇÃO

A história humana se traduz, pode-se dizer, em persistente busca e intensa utilização de recursos da natureza. O seminal artigo de MacKinder (1904) assinala que os atributos e a distribuição desses recursos influenciaram sobremaneira essa história. Lograr domínio sobre recursos, com efeito, revelou-se decisivo para sociedades diversas, promovendo sobrevivência e sucesso ou, pela falta ou insuficiência, condenando ao declínio (Diamond, 2005).

No mundo moderno, sobretudo a partir da Revolução Industrial, mostram-se fundamentais os recursos energéticos. Sem eles, a progressão do capitalismo teria sido obstaculizada, pois tais recursos integram o capital constante circulante

como materiais auxiliares consumidos durante a produção. O processo de acumulação de capital enfrentaria entraves também no ciclo circulação-produção-circulação, exigindo o escoamento dos produtos em mercados crescentemente maiores e distantes dos locais de origem (Marx, 1976; Wallerstein, 2001). No capitalismo industrial, de fato, “[...] a criação das condições físicas de troca – os meios de comunicação e transporte – a aniquilação de espaço pelo tempo – torna-se uma necessidade extraordinária [...]” (Marx, 1973, p. 524).

Desde pelo menos o começo do século 20, o petróleo cintila como recurso básico para o “metabolismo” da produção e a circulação do capital. Em que pese a utilização crescente de outras fontes de energia, e o significado socioambiental dos combustíveis fósseis, perdura a sua proeminência em escala global. Essa importância deu ao petróleo posição de proa entre as questões geoeconômicas e geopolíticas. Diversos Estados e poderes consideram estratégico garantir o respectivo abastecimento, com o melhor acesso possível às fontes, fluidez na oferta e preços estáveis. Não poucas páginas foram escritas sobre disputas e embates em torno dessas condições, que representariam, conforme Harvey (1987), um aspecto (a mais) da geopolítica do capitalismo.

As últimas décadas oferecem ilustrações desses processos, em vários países, continentes ou regiões mundiais (Klare, 2001; Jhaveri, 2004; Zweig; Jianhai, 2005). O Oriente Médio, detentor das maiores reservas e grande protagonista na produção e exportação de recursos energéticos, sobressai amplamente como palco. Mas outras áreas também aparecem, em macrorregiões das quais não está ausente a América do Sul, em particular pelo realce da Venezuela, seguida notadamente de Brasil e Bolívia.

Há menos de um decênio, mais um país sul-americano sinalizou o ingresso no panteão dos detentores desses recursos: a Guiana, que convive com as expectativas ligadas à descoberta *offshore* de grandes reservas de petróleo e gás. Esse envolvimento com a economia dos recursos energéticos, exibindo os primeiros passos da exploração de petróleo, constitui o foco deste artigo. O objetivo básico é, estribando-se o estudo em pesquisa documental e bibliográfica, caracterizar e analisar o referido envolvimento dando destaque às principais ações protagonizadas.

A inspiração é o debate sobre o chamado neoextrativismo, que ganhou vigor e visibilidade nas últimas décadas, internacionalmente. Permearam a pesquisa indagações sobre o quanto caberia considerar como revestida de sentido neoextrativista a orientação da Guiana rumo à economia dos recursos energéticos – em particular o petróleo – e sobre as possíveis implicações e possibilidades e também os desafios. Pelos termos do debate sobre o neoextrativismo, considerados a seu tempo no texto, a conjectura é que a deriva petrolífera guianense admite associação com tal “modelo”, tendo-se procurado observar, na construção do argumento, o modo como o Estado definiu as condições da exploração com o grande capital internacional do setor e as providências institucionais para o aproveitamento dos recursos financeiros gerados, no sentido da promoção do desenvolvimento econômico e social no país.

O artigo possui três partes, além desta introdução e da conclusão. A seguir sistematizam-se contribuições da literatura sobre a disputa por recursos naturais na atualidade, especialmente de cunho energético, e sobre a vinculada questão do neoextrativismo. Depois caracteriza-se a Guiana em termos socioeconômicos, recorrendo também à história. Em terceiro lugar, no que constitui a maior parte do texto, examina-se o envolvimento desse país com a economia dos recursos energéticos, apresentando dados e discutindo tal experiência à luz do debate sobre o neoextrativismo.

## 2. CORRIDA POR RECURSOS E NEOEXTRATIVISMO: TERMOS DO DEBATE

A história humana pode ser contada em termos de busca e exploração de recursos da natureza, como já assinalado. Ao mesmo tempo, *et pour cause*, apresenta-se como história das intervenções humanas na natureza, que retroagem sobre o próprio homem (Engels, 1968). A “aceleração” da história desde a Revolução Industrial representou intensificação dessa busca, fazendo do planeta inteiro o teatro das investidas. Os Estados e economias mais fortes são os agentes principais, como apontado em diversos estudos sobre a trajetória do capitalismo (por exemplo, Beaud, 1989, ou Maddison, 1986).

O início do século 21 sobressai nessa histórica e perseverante corrida por recursos. Segundo registros como os de Klare (2013), não existiriam mais recantos no mundo refratários a essa procura, quer se olhe mesmo para fundos de oceanos, calotas polares ou florestas remotas. O avanço da capacidade de detecção e exploração subjaz ao quadro, e como são os países mais ricos que concentram o grosso dessa aptidão, relacionam-se a eles as principais ações. Mas, ao lado da aparente inexistência de novas fronteiras a considerar, erige-se como importante aspecto da atualidade a presença de novos concorrentes na arena global. Países asiáticos despontam nesse processo, com a China largamente na dianteira.

Tudo isso rima com virulentas disputas, pois está em jogo nada menos que o controle do que se encontra disponível. Os recursos energéticos, sem que isto surpreenda, mostram-se proeminentes nesse turbilhão, já que “[...] a era de petróleo e

gás prontamente acessível chegou ao fim: de agora em diante, suprimentos vitais de energia terão que ser retirados de locais remotos e proibidos, a custos muito superiores a qualquer coisa experimentada antes.” (Klare, 2013, p. 8, nossa tradução). A correspondente geografia tornou-se muito mais complexa e ampliada, fazendo diferentes países ou regiões conviverem – ou aprofundarem a convivência – com situações que a literatura denomina neoextrativismo.

Não faz muito tempo que esse termo – referindo a forma de extrativismo algo diferente de práticas convencionais – adentrou a literatura, notadamente com respeito à América do Sul. Tem pouco mais de um decênio a publicação de texto que representaria, senão o surgimento, ao menos um importante impulso no vinculado debate. Trata-se de Gudynas (2009), que propõe diversos elementos de caracterização do que seria o novo extrativismo.

Para o autor, a economia extrativista permaneceu como base do modelo de desenvolvimento em diversos países, mas a roupagem atual apresenta outros traços, que dominariam a cena. O Estado, nos países detentores de recursos, atuaria muito mais intensamente do que no passado, de forma direta e indireta, promovendo as atividades extrativas e procurando captar uma maior fração dos resultados financeiros gerados. Parte destes teria como destino o enfrentamento de problemas sociais e a promoção do desenvolvimento, uma postura que ajudaria na legitimação do próprio extrativismo, cujas contradições históricas seriam, por assim dizer, revertidas ou pelo menos atenuadas. Nessas circunstâncias, “a prática do extrativismo é associada a um imaginado interesse nacional e, conseqüentemente, torna-se um novo projeto de desenvolvimento politicamente legitimado: (neo)extrativismo.” (Burchardt; Dietz, 2014, p. 470, tradução nossa).

Dois aspectos de caracterização a mais devem ser referidos. Um é que, no contexto da emergência do neoextrativismo, avultou o que Svampa (2015) chama de “consenso das *commodities*”. A expressão indica um entendimento geral e difundido sobre o quanto o modelo de desenvolvimento a ser adotado deveria se escorar na forte produção e exportação de bens primários. Outro aspecto é que os protagonistas internacionais do neoextrativismo não se limitam aos poderes (Estados, empresas) tradicionais, como costumava ocorrer. Reiterando o tipo de análise desenvolvida por Klare (2013), que fala em multiplicação de contendores na disputa por recursos, estudos editados em Gardini (2021) mostram que o neoextrativismo na América Latina é obra de uma pluralidade de agentes, inclusive pertencentes ao chamado Sul Global.

Abraçado até por governos progressistas, o neoextrativismo não deixa, todavia, de representar subordinação a interesses internacionais, ligados a empresas e governos, mediante acordos, contratos e financiamentos dirigidos às atividades de extração. Além disso, significa inoculação e reprodução, nos ambientes implicados, de determinações e práticas sintonizadas com exigências de elevada eficiência e capacidade competitiva, impostas por mercados globalizados. Isso não raro resulta em configurações como enclaves de extração, com efetiva fragmentação do território inclusive (talvez principalmente) em termos socioeconômicos. E agressões socioambientais não se mostram ausentes, ganhando em profundidade nos casos em que atividades de mineração, por exemplo, constituem o carro-chefe desse novo extrativismo.

As conseqüências e os desdobramentos rapidamente provocaram abordagens críticas, com estudos sobre diferentes experiências (Schuldt; Acosta; Barandiará et al., 2009). Os conflitos socioambientais, geralmente acirrados, têm figurado com destaque nas apreciações (Svampa, 2019). A defesa de práticas menos agressivas ao meio ambiente, como nos movimentos que combatem formas de mineração de carvão na África do Sul, está presente nessa literatura, que transcende, como se vê, problemas observados na América Latina (Finkeldey, 2023). No Brasil, vale assinalar, a ideia de neoextrativismo foi explorada em estudo sobre a vulnerabilidade do povo indígena Munduruku (região do Médio Tapajós), no marco da pandemia da Covid-19 e das ameaças da mineração e do agronegócio (Porto; Rocha, 2022).

Chamam também a atenção as pesquisas sobre lutas envolvendo comunidades tradicionais prejudicadas no seu acesso a recursos (terra, água) por conta de práticas neoextrativistas, como repertoriado em Engels e Dietz (2017). A ideia de acumulação por despossessão – acumulação pela retirada da posse, pela imposição de perda –, cara a Harvey (2003), é enfatizada nesses estudos, na motivação dos quais perfilam-se problemas (como *land grabbing*) testemunhados na América do Sul (Perreault, 2013) e em outras regiões ou continentes (Andrews, 2018). O teor das abordagens mais agudas, nutridas por trabalhos de campo que captam aspectos da própria dinâmica da luta de classes relacionada aos referidos processos, é sugerido pela incidência de expressões como “imperialismo extrativo”, utilizada em Petras e Veltmeyer (2014).

Todo o referido constitui uma espécie de grade de leitura sobre a experiência da Guiana com a economia dos recursos energéticos. O primeiro passo, todavia, é “conhecer” o país.

### 3. UMA NOTA DE CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA GUIANA

Em 2015, a estadunidense Exxon Mobil, detentora de licença para explorar petróleo e gás no Bloco Stabroek da costa guianense e líder de consórcio que inclui a estadunidense Hess Corp. e a canadense CNOOC-Nexen, anunciou ter

encontrado grande quantidade desses recursos. Se referindo ao campo de exploração Liza I e representando o maior achado mundial do gênero naquele período, a divulgação provocou ainda mais interesse pela área e foi seguida por outras descobertas (Clavijo Vitto, 2021), em frenesi exploratório com tendência de intensificação crescente (McDonald; Üngör, 2021). Para um país como a Guiana – localizado na face norte do América do Sul (Figura 1), com pouco mais de 800 mil habitantes, 1/3 dos quais instalados na capital, Georgetown –, cuja economia é modesta e as carências são importantes, os acenos vinculados são, pode-se dizer, irresistíveis.

Figura 1 – Guiana: divisão territorial e localização



Fonte: USAID (2021, p. ii)

A história do país registra disputas e ocupação por diferentes interesses europeus desde o século 16. A Guiana Britânica – origem da Guiana, mediante independência – surgiu em 1831 pela junção de três assentamentos anteriores, e o restante da área foi dividido entre Guiana Holandesa (Suriname) e Guiana Francesa. Como em outras colônias europeias no Caribe, o açúcar foi o produto de maior destaque, apesar dos limites impostos pela proibição do tráfico escravo em 1807 e a abolição desse trabalho em 1833. Respondeu-se com volumosa transferência de indianos, o que impulsionou a economia, mas a concorrência europeia em açúcar de beterraba representou grande adversidade. A carência de culturas alternativas ajudou a nutrir situações de crise econômica e distúrbios sociais, um problema que se revelou recorrente na Guiana (Encyclopædia, 1963).

Em meados do século 20, o país experimentou dinamismo demográfico na esteira de investimentos em drenagem e irrigação e em melhorias nas condições sanitárias e de saúde. A proporção de indianos mostrou-se crescente, intensificando a diversificação étnica. A economia apresentava algumas atividades tradicionais de transformação, mas tinha nos setores agroindustrial (açúcar, arroz) e extrativo mineral (bauxita, sobretudo) as principais exportações. As oscilações na economia

e seus reflexos sociais alimentaram o movimento anticolonialista, formado por grupos étnicos diferentes, que acabou por arrancar a independência – e seu reconhecimento – em 1966. Instalada, a República Cooperativa da Guiana – tal é o nome do país – nacionalizou várias atividades e, participando de uma frente internacional anti-imperialista, tentou reduzir a influência local de potências ocidentais.

O período pós-colonial foi tumultuado (Adélaïde-Merlande, 2002). Nos anos 1970, a instabilidade econômica agravou a situação política; nos 1980, um novo governo aderiu ao neoliberalismo e, sob o FMI e o Banco Mundial, executou reformas que ressoaram em mais desemprego, pobreza e endividamento; nos 1990 o cenário econômico melhorou, mas sem ultrapassar os limites da agricultura. No início do século 21 retornou-se à estagnação, com a agricultura (arroz, cana-de-açúcar) e a mineração (bauxita em primeiro lugar) respondendo por quase metade do Produto Interno Bruto (PIB). Uma periodização do desempenho econômico guianense desde meados do século 20, salientando o pós-independência, é apresentada em Ramrattan e Szenberg (2010).

Para o período recente, indicadores selecionados, apresentados na Tabela 1, mostram pouco dinamismo demográfico, PIB que só cresce de fato desde o final dos anos 2010 (seja no total ou em termos per capita) e migrações líquidas persistentemente negativas, não obstante algumas reversões (como em 2018). Os resultados do PIB desde 2018-2019 guardariam relação com os processos incrustados na economia dos recursos energéticos, sobre os quais se falará posteriormente. De todo modo, o desemprego seguiu crescendo (embora suavemente), o que há de também refletir, para os últimos anos, as imposições da Covid-19.

Tabela 1 – Guiana: indicadores socioeconômicos selecionados (2011-2021)

Anos	População total (mil)	PIB em US\$ correntes (bilhões)	PIB per capita (US\$ correntes)	Desemprego (% da força de trabalho)	Migração líquida
2011	744,2	3,69	4.960	12,1	-14.512
2012	744,0	4,06	5.461	12,3	-7.152
2013	747,4	4,17	5.576	12,6	-6.912
2014	751,1	4,13	5.495	13,0	-6.715
2015	755,0	4,28	5.668	13,3	-6.524
2016	759,1	4,48	5.905	13,5	-6.311
2017	763,2	4,75	6.221	13,8	-6.110
2018	785,5	4,79	6.095	14,0	30.080
2019	798,7	5,17	6.477	13,5	-24.678
2020	797,2	5,47	6.863	15,6	802
2021	804,6	8,04	9.998	14,9	-4.316

Fonte: elaborado pelo autor com dados de The World Bank (2023)

No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), disponibilizado pelo *United Nations Development Program* (UNDP), a Guiana integra o grupo de elevado desenvolvimento, situando-se em 108º lugar no conjunto mundial (o mesmo grupo do Brasil, cuja posição é a 87ª). Esse indicador mostra-se ascendente para a Guiana desde o final do século 20, conforme a Tabela 2. A redução entre 2020 e 2021 pode ser atribuída, ao menos em parte, às vicissitudes relacionadas à recente crise pandêmica, como observado em outros países.



**Tabela 2 – Guiana: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 1990-2021**

Anos	1990	2000	2010	2015	2018	2019	2020	2021
IDH	0,509	0,577	0,656	0,684	0,701	0,708	0,721	0,714

Fonte: elaborado pelo autor com dados de UNDP (2022, tabela 2 do anexo estatístico)

Cabe ainda indicar que no século 21 ganhou vigor um duplo contencioso fronteiro envolvendo o país. A Venezuela sob Hugo Chávez reafirmou a sua demanda sobre a região de Essequibo, rica em recursos minerais e ocupando grande fração do território guianense. Nicolás Maduro reavivou essa reivindicação, prolongando a disputa que estaria em análise nas Nações Unidas. Por seu turno, o Suriname passou a exigir um pedaço da plataforma continental guianense, que se supunha – como depois se confirmou – muito rica em petróleo.

A descoberta de expressivas quantidades de petróleo e gás em um país como a Guiana, de economia modesta e carências importantes nos extratos mais pobres da população, notadamente indígenas em áreas interioranas, constitui tema de investigação relevante e instigante para quem se interessa por questões de desenvolvimento, com seus reflexos socioespaciais. É o mínimo que se pode dizer perante previsões como a de que a “[...] produção da Guiana atingirá 1,2 milhão de barris diários em 2027, com a antiga e empobrecida colônia britânica ultrapassando a Colômbia e se tornando o terceiro maior produtor de petróleo da América Latina e do Caribe.” (SMITH, 2022, [s.p.], tradução nossa).

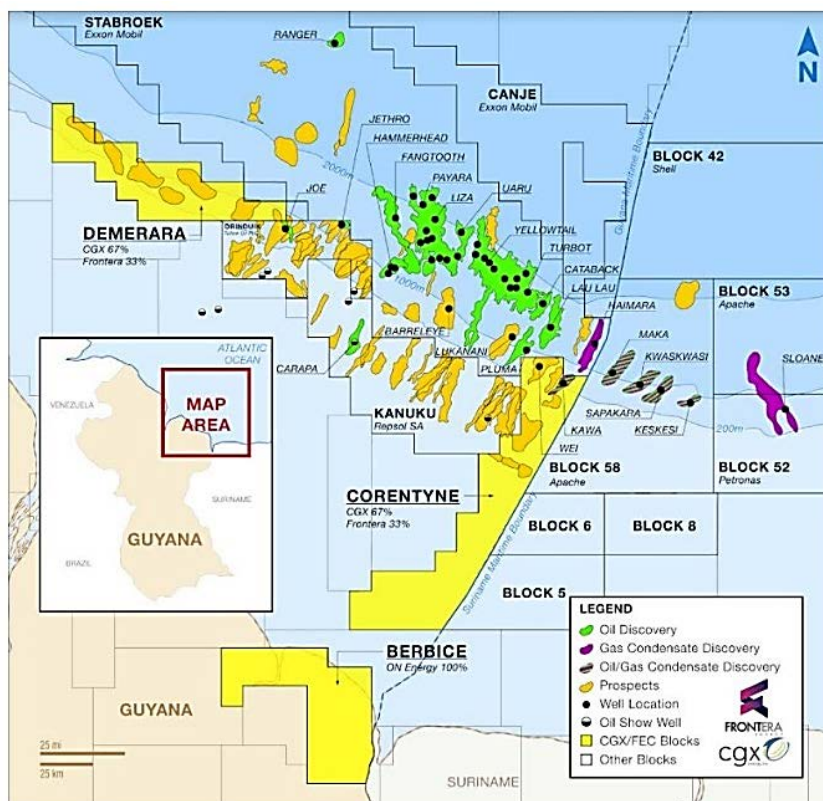
## 4. PRIMEIROS PASSOS DA ECONOMIA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS NA GUIANA

Inicia-se com informações sobre a extração *offshore* de petróleo na Guiana. Depois, com base no debate sobre o neoextrativismo, sistematizado na segunda seção, analisa-se o figurino neoextrativista dessa experiência.

### 4.1. Guiana, país petroleiro

O trecho costeiro em que ocorrem as atividades de extração refere-se à metade oriental do litoral guianense. A Figura 2 exhibe mapa que indica essa geografia, informando sobre a verificada presença de recursos (até o primeiro semestre de 2022) e perspectivas futuras. A produção no campo Liza I, o primeiro explorado, começou no final de 2019 com volume médio de petróleo de 1,2 mil barris diários (b/d). O crescimento foi notável desde então: 74,3 mil b/d em 2020 e 110,2 b/d em 2021 (EIA, 2023a). As projeções apontam mais dinamismo, conforme a Tabela 3, sendo que os números do início de 2023 indicam desempenho superior às previsões: anunciou-se em janeiro desse ano uma produção média de 360 mil b/d (Parraga; Marks, 2023).

Figura 2 – Guiana: localização das atividades de exploração de petróleo (1º semestre de 2022)



Fonte: Kulovic (2022)

Tabela 3 – Guiana: produção efetiva e estimada de petróleo bruto (2018-2024) – Mil barris diários

Ano	Produção de petróleo
2018	0
2019	1,18
2020	74,31
2021	110,20
2022*	258,18
2023*	355,44
2024*	424,42

Fonte: elaboração do autor com dados de EIA (2023a)  
\*Projeção

Para 2023 como um todo, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) divulgou a expectativa de que a Guiana adicione mais de 90 mil b/d à sua produção (OILNOW, 2023a). Para futuro menos imediato, a própria Exxon estimou algo como 750 mil b/d em 2026, considerando o ritmo exploratório atual e a manutenção de uma conjuntura propícia (Aizarani, 2023). Parece que se espera, realmente, o prolongamento de um quadro favorável: registram-se hoje novos e crescentes investimentos em projetos de exploração de petróleo e gás mundo afora (Bearak, 2023).

O dinamismo extrativo permitiu a multiplicação das exportações guianenses de petróleo. Em 2021, a venda correspondeu a 100,6 mil b/d; no ano seguinte, atingiu o patamar de 265,7 mil b/d, em salto de 164% que representou expressivas receitas em 2022 (Parraga; Marks, 2023). Dados da *UN Comtrade Database*, que no momento da redação deste artigo

informam até 2021, dão uma ideia sobre o papel do petróleo nas interações comerciais da Guiana. A Tabela 4 mostra que, de uma situação na qual era mínima, até 2019, a participação das vendas ligadas ao petróleo nas exportações totais, saltos expressivos ocorreram em 2020 e 2021: para 39,5% e 69,1%, respectivamente.

Tabela 4 – Guiana: participação do petróleo nas exportações totais (2016-2021)

Ano	Exportações totais (US\$ mil) (A)	Exportações de petró- leo(*) (US\$ mil) (B)	(B) : (A) * 100
2016	1.452.631,6	1.431,4	0,10
2017	1.789.689,9	381,2	0,02
2018	1.379.502,0	762,0	0,05
2019	1.565.723,1	1.055,3	0,07
2020	2.813.852,5	1.111.332,6	39,49
2021	4.257.250,5	2.943.016,6	69,13

Fonte: elaborado pelo autor com dados de *UN Comtrade Database (2023)*

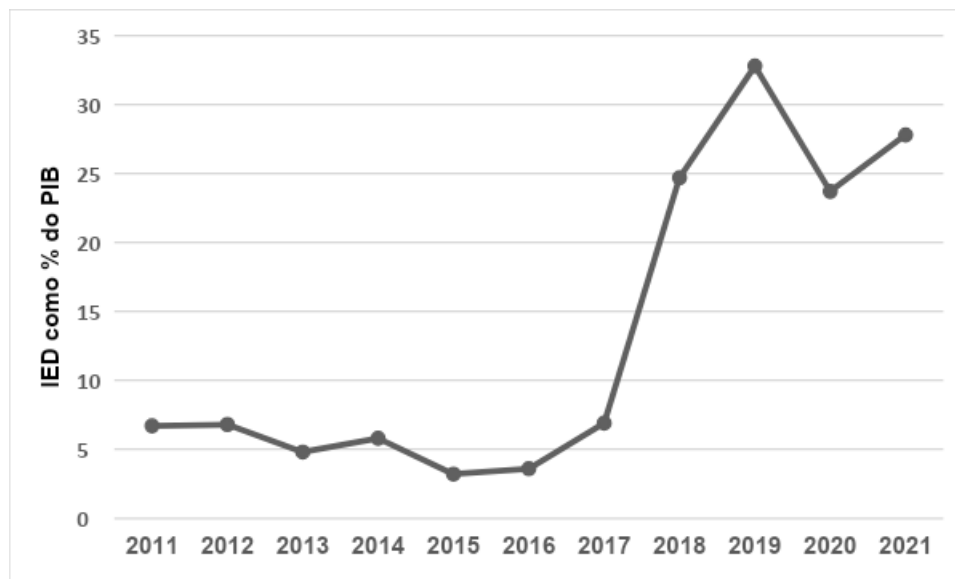
(\*) Trata-se da soma, na classificação de atividades da base de dados, de: HS 2709 – Petroleum oils and oils obtained from bituminous minerals, crude; e de HS 2710 – Petroleum oils and oils from bituminous minerals, not crude; preparations n.e.c, containing by weight 70% or more of petroleum oils or oils from bituminous minerals; these being the basic constituents of the preparations; waste oils. Até 2019 não há registro de exportações de HS 2709; depois, essa classificação abriga quase todas as vendas externas de petróleo.

Grande parte dessas vendas destina-se a países europeus, que substituem importações vindas da Rússia, afetadas pela guerra na Ucrânia. Mas sobretudo os Estados Unidos se destacam: em 2020 esse país comprou petróleo da Guiana correspondendo à média de 27 mil b/d; em 2021, o patamar subiu para 76 mil b/d (EIA, 2023b). Pelos dados de *UN Comtrade Database (2023)*, esse país absorveu em 2020 e 2021 respectivamente 54,6% e 53,7% de todas as exportações guianenses de petróleo (soma das classificações HS 2709 e HS 2710). Nesses anos essas exportações representaram, na mesma ordem, 75,9% e 88,5% do valor de tudo o que a Guiana vendeu para aquele país.

Cabe igualmente se referir ao recente comportamento do Investimento Estrangeiro Direto (IED). O gráfico da Figura 3 mostra ter se acelerado a entrada de IED na Guiana nos últimos anos, quando se avançava na economia do petróleo. O indicador disponível em *The World Bank (2023)* é a entrada líquida de IED como porcentagem do PIB. O salto entre 2017 e 2018 é evidente e notável, permanecendo o indicador elevado até o último ano para o qual foi possível obter a informação.



Figura 3 – Guiana: comportamento do Investimento Estrangeiro Direto (IED) – entradas líquidas como percentagem do PIB (2011-2021)



Fonte: elaborado pelo autor com dados de *World Bank* (2023)

Tudo isso ajuda a iluminar o contexto do pronunciamento do Banco Mundial, em outubro de 2022, segundo o qual “a economia da Guiana está crescendo a uma extraordinária taxa, impulsionada antes de tudo pela expansão da produção de petróleo, e a expectativa é que se mantenha no médio prazo como uma das economias de mais rápido crescimento no mundo” (World Bank, 2022a, p. 4, tradução nossa). Realmente, não é pequeno o entusiasmo frente ao que se desenha, aparecendo a Guiana como candidata ao grupo dos principais países produtores de petróleo (Smith, 2022). A magnitude da alocação de recursos é sugestiva de como as possibilidades são percebidas pelos agentes, especialmente pelo consórcio internacional, que de todo modo divide com o país (por contrato) o ônus dos gastos. Chama a atenção a estrutura acima da linha da água, com plataformas, embarcações e atividades de estocagem e descarregamento. Porém, a maior parte, algo como 2/3 dos gastos feitos, destina-se à infraestrutura submarina, em poços e atividades nesse plano (OILNOW, 2023b). Em terra firme, têm alguma visibilidade as atividades portuárias, entre outras.

## 4.2. Nas pegadas do neoextrativismo

Como ressaltado, o debate sobre o neoextrativismo, relativamente à sua manifestação sobretudo na América Latina, salienta o forte comprometimento do Estado na promoção das atividades associadas. Na mira desse envolvimento destacam-se os resultados financeiros oriundos de exportações, aptos a sustentar o enfrentamento de problemas sociais longamente amargados e a promoção do desenvolvimento. Nessa direção, ganhando em legitimação social e política, o neoextrativismo é brandido como projeto de desenvolvimento de novo perfil e revestido de interesse nacional.

A relatada experiência da Guiana exhibe um elevado grau de envolvimento do Estado na lubrificação do percurso trilhado. Evidência que salta aos olhos diz respeito aos termos contratuais que definiram as interações entre o consórcio de empresas formado por ExxonMobil, Hess Corp. e CNOOC-Nexen e o governo do país, em torno da exploração do campo Liza I do Bloco Stabroek. A modalidade contratual atende pelo nome de *Production Sharing Agreement*, e a negociação foi assim comentada por Osborn (2022, [S.p.], nossa tradução): “Em 2016, autoridades governamentais acertaram acordo com a ExxonMobil e empresas parceiras que atribui à Guiana um patamar de lucros inusualmente baixo, para uma zona de exploração rica em petróleo denominada Stabroek Block.”

Pelos termos negociados, essas empresas pagariam trimestralmente ao governo 2% em taxa de royalties sobre a receita obtida com o petróleo de Liza I. Dessa receita,  $\frac{3}{4}$  poderiam ser usados para pagar os custos de operação, tanto os prévios como os correntes; o restante seria dividido meio a meio entre as empresas e o Estado. Oferecendo tais vantagens, raramente observadas no setor de petróleo, conforme Osborn (2022), Crowley (2019) e outros observadores, a Guiana galgou

degraus na atração de interesses corporativos. Com efeito, nesse país, “[...] a faixa de custos que as companhias podem deduzir antes de disponibilizar lucros ao governo é inusualmente larga [...]” (Osborn, 2022, [s.p.], tradução nossa). A oposição política ao governo não poupou a iniciativa de críticas ácidas.

O envolvimento do Estado se manifestou fortemente também na tentativa de criar condições, com base nos recursos oriundos do petróleo, para sustentar o enfrentamento das mazelas sociais e promover o desenvolvimento econômico. A ideia é que o escopo das ações do Estado possa ser aprofundado e alargado, com suporte financeiro ao planejamento e à promoção do desenvolvimento. Integraria as ações o fomento à diversificação produtiva, até considerando ser preciso evitar a chamada “doença holandesa”<sup>1</sup>, referente aos efeitos da dependência de uma economia em relação às exportações de um único produto (The Economist, 1977).

Merecem relevo, assim, as iniciativas governamentais, desencadeadas já em 2016, que incluíram a instituição de um Fundo de Recursos Naturais (FRN), alimentado pelos resultados da economia do petróleo. Sua importância é assim sublinhada em *World Bank* (2022a, p. 7-8, tradução nossa): “A manutenção de um FRN operacional é central para mitigar o desequilíbrio entre o influxo de recursos e a capacidade de absorção da economia, e também para limitar desperdícios.” Na sequência adotou-se, em dezembro de 2021, um *Natural Resource Fund Act* para regular o funcionamento do FRN e o uso dos recursos, permitindo “[...] transferências ao orçamento, desde 2022, em montante que na média ficaria entre 4% e 5% do PIB, no médio prazo.” (World Bank, 2022b, p. 1, tradução nossa). As expectativas sobre as possibilidades vinculadas e suas repercussões são grandes e motivam debates em diversas esferas (Rambarran, 2019).

Melhorar a capacidade de gestão da economia do petróleo e agregar valor às atividades relacionadas constituem objetivos maiores. O lançamento em 2019 do *Guyana Petroleum Resources Governance and Management Project* inscreve-se nas medidas tomadas para tanto (Clavijo Vitto, 2021). Esse projeto alinhar-se-ia à orientação de promover o conteúdo guianense no setor, ampliando a participação de empresas e trabalhadores locais, fazendo reverberar as atividades e magnificando-lhes os resultados. Alvos importantes são “[...] a participação ativa e o desenvolvimento do trabalho e dos fornecedores guianenses no setor [...], e os benefícios que surgem [...] em termos de trabalho, bens e serviços para a indústria guianense, a economia e a sociedade.” (Guyana, 2020, p. 9, tradução nossa).

Regiões e atividades econômicas não litorâneas haveriam de ser contempladas com destaque, respeitando-se a trajetória, os atributos e, dadas as tradicionais tensões nesta esfera em termos históricos, a diversidade étnica. Especialmente consideradas deveriam ser as urgências da população menos afortunada, numerosa em áreas interioranas e envolvendo indígenas. Pelas posições institucionais manifestadas e as análises de observadores, as esferas nas quais a ação pública é tradicionalmente dominante, como educação, saúde e transportes, com as necessárias condições e infraestruturas, seriam focos de particular atenção no leque das novas possibilidades abertas pelos resultados da economia do petróleo.

Realizações nesses planos e latitudes perfilar-se-iam entre os vetores de uma necessária (e almejada) legitimação social e política dessa orientação do país, na forma de um modelo de desenvolvimento alicerçado na exploração daqueles recursos. Isso seria estratégico para os partidários desse projeto, já que um certo ceticismo caracteriza parte da população acerca dos efeitos positivos, conforme captado em McGreal (2022), por exemplo. Essa questão não deve ser subestimada, pelo que já se registrou historicamente de resistência social ao capitalismo extrativista na Guiana (Canterbury, 2014). Desse modo, impulsionar a diversificação da economia e a capilarização dos resultados revelar-se-ia crucial. Para que a economia dos recursos energéticos inaugure uma nova era na Guiana, como alardeado em *Foreign Affairs* (2018), suas consequências terão que incluir mudanças positivas de amplo alcance social.

Justifica-se completamente, portanto, o divulgado propósito institucional de diversificar a economia. Cabe pensar sobre possibilidades nesse sentido considerando que as atividades do setor de petróleo podem promover outras atividades (induzindo, fortalecendo), em diferentes setores ou segmentos da economia, com encadeamentos que Myrdal (1968) provavelmente concordaria em chamar de “causação circular acumulativa”. A imagem evoca a noção de polo de crescimento ou desenvolvimento, cara a Perroux (1967) e por décadas substrato de análises e políticas a respeito do desenvolvimento regional ou local, como em Kuklinski e Petrella (1972). Mas esse debate igualmente ressalta que as relações entre o dinamismo econômico localizado (o polo) e as condições do entorno (mais ou menos imediato) não devem escapar ao olhar crítico. De fato, o próprio Myrdal (1968) e também Hirschman (1961) assinalaram que o dinamismo no polo pode drenar recursos (força de

<sup>1</sup> A expressão refere-se aos problemas causados pela forte e perene valorização da moeda de um país (sobreapreciação da taxa de câmbio) devido ao crescimento das receitas de exportação relativas a recursos naturais. Essa valorização prejudica setores da indústria de transformação, que se veem afetados na sua competitividade externa. A expressão se inspira na experiência da Holanda na década de 1960, com gás natural. Para uma útil abordagem, consultar, por exemplo, o capítulo 7 em Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2015).

trabalho, capitais) do entorno e agravar-lhe as dificuldades, aumentando as desigualdades socioespaciais. Assim, políticas de promoção dirigidas aos espaços extrapolo mostram-se necessárias.

Na Guiana, considerando o que se insinua como crescimento futuro (no litoral) do setor de petróleo, abordar questões desse tipo significaria dar atenção privilegiada ao *hinterland*. Tal postura haveria de permear também as ações sintonizadas com a declarada intenção governamental de estimular atividades ambientalmente sustentáveis, até como espécie de reação ou contrabalanço ao mergulho do país nas atividades de setor de combustível fóssil, com o significado disso (Mentis; Moonsammy, 2022).

Essas questões impõem falar em instituições, cuja importância para o desenvolvimento há muito constitui objeto de análise (Rutherford, 1994). A literatura é volumosa, algumas abordagens sobressaindo como inspiração para vários estudos, como Acemoglu e Robinson (2012), e outras concentrando-se na problemática específica das economias dependentes de recursos naturais, como Kaznacheev (2017).

A experiência guianense, com os acenos vinculados a esses recursos, tem ensejado estudos sobre as condições institucionais do país para lidar com o novo quadro. Ora, são recorrentes as indicações de problemas a serem observados, como em Clavijo Vitto (2021). Rambarran (2021), de sua parte, propõe comparações internacionais a respeito e discute políticas macroeconômicas e institucionais que impulsionem um crescimento econômico sustentado na Guiana. O fortalecimento das instituições, incluindo as de índole política, e a capacitação técnica e administrativa são carências repetidamente apontadas, um entendimento que permeia o detectado engajamento do Banco Mundial nas ações governamentais, desde 2018 pelo menos, no marco de um *Country Partnership Framework* (CPF) definido até 2026 (World Bank, 2022a). É sugestivo o que essa instituição sublinha nas realizações já logradas: “melhorou-se o quadro legal e institucional para o setor de petróleo na Guiana [...] impulsionou-se a capacidade das principais instituições de gestão do setor de petróleo e gás para fortalecer a economia e os benefícios sociais da Guiana [...]” (World Bank, 2022a, tradução nossa).

## 5. CONCLUSÃO

A descoberta *offshore*, em meados dos anos 2010, de grandes quantidades de petróleo e gás anunciou a entrada da Guiana no grupo dos países detentores desses recursos. Ao mesmo tempo, ensejou ações do Estado guianense para criar ou aperfeiçoar condições de uso dos resultados financeiros prometidos, sem dúvida alvissareiros em país de economia pequena e de inquietantes necessidades nas camadas pobres da população. O início, em 2019, de uma extração de petróleo que seria crescente, gerando receitas de exportação em escalada, fortaleceu as impressões iniciais sobre os acenos e impulsionou as ações públicas, até em parceria com instituições internacionais. Arriscando-se uma associação de ideias, é como se a imagem mítica do *Eldorado*, estimuladora de aventuras na área durante o século 16, reaparecesse incrustada em depósitos submarinos de recursos energéticos.

Aspectos do modelo designado neoextrativista em literatura recente, resumido no início do artigo, podem ser observados na experiência guianense. O Estado encampou com entusiasmo a deriva energética, facilitando os termos contratuais com o capital internacional e buscando instrumentos para utilização dos recursos financeiros gerados em ações promotoras do desenvolvimento socioeconômico. Diversificar a economia, atenuando a dependência em relação aos recursos energéticos e multiplicando oportunidades para a sociedade, e melhorar as infraestruturas e os serviços (educação, saúde, transportes), destacam-se como objetivos nos projetos e manifestações oficiais. Um requisito para tais realizações, contudo, prende-se à capacitação técnica e profissional e ao avanço institucional inclusive na esfera política, um terreno que o país ainda precisa laborar.

A justificativa dessa orientação neoextrativista estará relacionada ao que se poderá atingir naqueles objetivos. A agitação exploratória já impacta a paisagem, e não só nos locais de extração, com estruturas para perfuração e bombeamento, por exemplo. Tudo somado, pode-se falar em “produção de espaço” nos ambientes litorâneos envolvidos. Ora, o *hinterland* guianense é vasto e abriga populações que clamam por oportunidades e atenção em serviços e infraestruturas. Assim, considerações sobre a dimensão espacial do desenvolvimento precisariam pautar as ações: no percurso da economia dos recursos energéticos na Guiana, os promotores do desenvolvimento estariam a ser interpelados sobre a necessidade de considerar o problema das desigualdades socioespaciais. Problema que, note-se, não se restringe aos contrastes entre o litoral e o interior: por exemplo, com as atividades de extração, atividades pesqueiras tradicionais estariam sendo afetadas, sofrendo redução nas capturas.

Em suma, escolhas estarão no palco, e este se refere amplamente à política, instância em que forças se confrontam e articulam. A Guiana como espaço produtor de recursos energéticos será resultado de relações sociais e políticas. O modelo neoextrativista seduziu, até onde se vê, as lideranças do país. As repercussões no tecido social refletirão os embates e os

interesses defendidos sobre a utilização dos recursos gerados. No fundo, é de relações de poder que se trata. Explorar tal questão está fora dos limites deste estudo, mas cabe assinalar que o conceito de “geometrias de poder” (Massey, 2009), usado em análises das relações entre espaço e poder, parece fértil para uma abordagem sobre as implicações do envolvimento de realidades externas ao centro do capitalismo com a extração de recursos naturais (energéticos), mormente em situação subordinada ao capital globalizado, que impõe condições e torna as sociedades anfitriãs praticamente reféns de seus interesses.

## REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- ADÉLAÏDE-MERLANDE, J. *Histoire contemporaine de la Caraïbe et des Guyanes: de 1945 à nos jours*. Paris: Karthala, 2002.
- AIZARANI, J. Crude oil production in Guyana 2019-2021. *Statista*, 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1260886/crude-oil-production-guyana/> Acesso em: 03/03/2023.
- ANDREWS, N. Land versus livelihoods: community perspectives on dispossession and marginalization in Ghana’s mining sector. *Resources Policy*, v. 58, p. 240-249, 2018.
- BEARAK, M. It’s not just Willow: oil and gas projects are back in a big way. *The New York Times*, 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/04/06/climate/oil-gas-drilling-investment-worldwide-willow.html> Acesso em: 17/04/2023.
- BEAUD, M. *História do capitalismo de 1500 até nossos dias*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. *Developmental macroeconomics: new developmentalism as a growth strategy*. Abingdon: Routledge, 2015.
- BURCHARDT, H.-J.; DIETZ, K. (Neo-)extractivism – a new challenge for development theory from Latin America. *Third World Quarterly*, v. 35, n. 3, p. 468-486, 2014.
- CANTERBURY, D. Extractive capitalism and the resistance in Guyana. In: PETRAS, J.; VELTMEYER, H. *Extractive imperialism in the Americas: capitalism’s new frontier*. Leiden: Koninklijke Brill, p. 147-175, 2014.
- CLAVIJO VITTO, W. A. Petróleo como palanca para el desarrollo económico: analizando las oportunidades y desafíos para la República Cooperativa de Guyana. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 20, n. 41, p. 49-77, 2021.
- CROWLEY, K. The world’s newest petrostate isn’t ready for a tsunami of cash. *Bloomberg*, 2019. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/features/2019-08-13/guyana-isn-t-ready-for-its-pending-oil-riches-but-exxon-is?leadSource=uverify%20wall> Acesso em: 17/04/2023.
- DIAMOND, J. *Collapse: how societies choose to fail or succeed*. London: Viking Penguin, 2005.
- EIA – U.S. Energy Information Administration. *Short-term energy outlook data browser: Guyana petroleum production*. Washington, D.C.: EIA, 2023a. Disponível em: [https://www.eia.gov/outlooks/steo/data/browser/#?v=29&f=A&s=&start=2010&end=2024&id=&maptype=0&ctype=linechart&linechart=T3B\\_PAPR\\_R01~PAPR\\_GY&map](https://www.eia.gov/outlooks/steo/data/browser/#?v=29&f=A&s=&start=2010&end=2024&id=&maptype=0&ctype=linechart&linechart=T3B_PAPR_R01~PAPR_GY&map). Acesso em: 25/02/2023.
- EIA – U.S. Energy Information Administration. *U.S. imports by country of origin: total crude oil and products*. Washington, DC: EIA, 2023b. Disponível em: [https://www.eia.gov/dnav/pet/pet\\_move\\_impcus\\_a2\\_nus\\_ep00\\_im0\\_mbbldpd\\_a.htm](https://www.eia.gov/dnav/pet/pet_move_impcus_a2_nus_ep00_im0_mbbldpd_a.htm). Acesso em: 25/02/2023.
- ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. Guiana. v. 10, p. 954-960, 1963.
- ENGELS, F. *Dialectique de la nature*. Paris: Éditions Sociales, (1968 [1925]).
- ENGELS, B.; DIETZ, K. (Eds.). *Contested extractivism, society and the state: struggles over mining and land*. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- FINKELDEY, J. *Fighting global neo-extractivism: fossil-free social movements in South Africa*. Abingdon: Routledge, 2023.
- FOREIGN AFFAIRS. Guyana: the start of a new era. p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/sites/default/files/guyana-country-focus-janfeb2018.pdf> Acesso: 12/03/2023.
- GARDINI, G. L. (Ed.) *External powers in Latin America: geopolitics between neo-extractivism and south-south cooperation*. Abingdon: Routledge, 2021.
- GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULD, J.; ACOSTA, A.; BARANDIARÁ, A. et al. *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: CAAP/CLAES, p. 187-225, 2009.

- GUYANA. **Guyana petroleum sector: realising local content benefits and value retention from the Guyana's petroleum resources.** Georgetown: Ministry of the Presidency, Department of Energy, 2020. Disponível em: <https://oilnow.gy/wp-content/uploads/2020/02/local-content-benefits.pdf> Acesso em: 02/04/2023.
- HARVEY, D. The geopolitics of capitalism. In: GREGORY, D.; URRY, J. (Eds.). **Social relations and spatial structures.** 2.ed. London: Macmillan, p. 128-163, 1987.
- HARVEY, D. **The new imperialism.** Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961;
- JHAVERI, N. J. Petroimperialism: US oil interests and the Iraq war. **Antipode**, v. 36, n. 1, p. 2-11, 2004.
- KAZNACHEEV, P. Curse or blessing? How institutions determine success in resource-rich economies. **Policy Analysis Cato Institute**, n. 808, p. 1-48, 2017.
- KLARE, M. T. The new geography of conflict. **Foreign Affairs**, v. 80, n. 3, p. 49-61, 2001.
- KLARE, M. T. **The race for what's left: the global scramble for the world's last resources.** New York: Picador, 2013.
- KULOVIC, N. Guyana partners confirm light oil and gas condensate discovery ahead of new well. **Offshore Energy**, 2022. Disponível em: <https://www.offshore-energy.biz/guyana-partners-confirm-light-oil-and-gas-condensate-discovery-ahead-of-new-well/>. Acesso em: 05/03/2023.
- KUKLINSKI, A.; PETRELLA, R. (Eds.). **Growth poles and regional policies: a seminar.** The Hague: Mouton, 1972.
- MACKINDER, H. J. The geographical pivot of history. **The Geographical Journal**, v. 23, n. 4, p. 421-437, 1904.
- MADDISON, A. **Phases of capitalist development.** 3.ed. New York: Oxford University Press, 1986.
- MARX, K. **Grundrisse der kritik de politischen ökonomie.** London: Penguin, (1973 [1857-1858]).
- MARX, K.. **Le capital.** Livre 2: Le procès de circulation du capital. Paris: Éditions Sociales, (1976 [1885]).
- MASSEY, D. Concepts of space and power in theory and in political practice. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, v. 55, p. 15-26, 2009.
- McDONALD, L.; ÜNGÖR, M. New oil discoveries in Guyana since 2015: resource curse or resource blessing. **Resources Policy**, v. 74, p. 102363, 2021.
- McGREAL, C. 'We can't eat a new road': Guyanese voice fears over true cost of Exxon's oil bonanza. **The Guardian**, 2022.
- MENTIS, A.; MOONSAMMY, S. A critical assessment of Guyana's sustainability pathway: perspectives from a developing extractive economy. **Resources Policy**, v. 76, p. 102554, 2022.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- OILNOW. OPEC expects Guyana to up 2023 crude production by more than 90,000 bpd. 2023a. Disponível em: <https://oilnow.gy/featured/opec-expects-guyana-to-up-2023-crude-production-by-more-than-90000-bpd/> Acesso em: 28/02/2023.
- OILNOW. Two-thirds of Guyana offshore development costs pumped into wells, subsea infrastructure – Routledge. 2023b. <https://oilnow.gy/featured/two-thirds-of-offshore-development-costs-pumped-into-wells-subsea-infrastructure-routledge/> Acesso em: 28/02/ 2023.
- OSBORN, C. Is Guyana getting a fair cut of its oil bonanza? **Foreign Policy**, 2022. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/12/16/guyana-oil-economy-gdp-exxonmobil-stabroek-resource-curse/> Acesso em: 17/04/2023.
- PARRAGA, M.; MARKS, N. Guyana's oil exports double, with Europe taking half of cargoes. **Reuters**, 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/guyanas-oil-exports-double-with-europe-taking-half-cargoes-2023-01-13/> Acesso em: 02/03/2023.
- PERREAULT, T. Dispossession by accumulation? Mining, water and the nature of enclosure on the Bolivian Altiplano. **Antipode**, v. 45, n. 5, p. 1050-1069, 2013.
- PERRoux, F. **A economia do século XX.** Lisboa: Moraes, 1967.
- PETRAS, J.; VELTMEYER, H. **Extractive imperialism in the Americas: capitalism's new frontier.** Leiden: Koninklijke Brill, 2014.
- PORTO, M. F. de S.; ROCHA, D. Neo-extractivism, mining and vulnerability of indigenous people as an expression of persistent colonialism in Brazil. **Saúde Debate**, v. 46, n. 133, p. 487-500, 2022.
- RAMBARRAN, R. Critical perspectives on Guyana's sovereign wealth fund. FINANCIAL CONFERENCE AT THE INSTITUTE OF CHARTERED ACCOUNTANTS OF GUYANA, Georgetown, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/340682607\\_Critical\\_Perspectives\\_on\\_Guyana%27s\\_Sovereign\\_Wealth\\_Fund\\_An\\_Introduction\\_to\\_the\\_Natural\\_Resources\\_Fund\\_Macroeconomic\\_Stability\\_and\\_Public\\_Financial\\_Management\\_in\\_Guyana](https://www.researchgate.net/publication/340682607_Critical_Perspectives_on_Guyana%27s_Sovereign_Wealth_Fund_An_Introduction_to_the_Natural_Resources_Fund_Macroeconomic_Stability_and_Public_Financial_Management_in_Guyana) Acesso em: 15/02/2023.
- RAMBARRAN, R. **How can Guyana win from its oil and gas finds? An examination of the macroeconomic and institutional conditions necessary for sustainable economic growth of resource-rich developing economies: the case of Guyana.** Georgetown: University of Guyana, 2021.
- RAMRATTAN, L.; SZENBERG, M. Colonial dependency, core-periphery and capitalism: a case study of the Guyana economy. **The Journal of Developing Areas**, v. 44, n. 1, p. 51-70, 2010.



- RUTHERFORD, M. **Institutions in economics: the old and the new institutionalism**. Cambridge University Press, 1994.
- SCHULDT, J.; ACOSTA, A.; BARANDIARÁ, A. et al. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CAAP/CLAES, 2009.
- SMITH, M. Guyana is becoming a top-tier oil producer. **Oilprice**, 2022. Disponível em: <https://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/Guyana-Is-Becoming-A-Top-Tier-Oil-Producer.html>. Acesso em: 20/02/2023.
- SVAMPA, M. Commodity consensus: neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America. **The South Atlantic Quarterly**, v. 114, n. 1, p. 65-82, 2015.
- SVAMPA, M. **Neo-extractivism in Latin America: socio-environmental conflicts, the territorial turn, and new political narratives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- THE ECONOMIST. **The Dutch disease**, p. 82-83, 1977.
- THE WORLD BANK. **Guyana**. Washington, DC: The World Bank. 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/guyana?view=chart> Acesso em: 15/04/2023
- UN COMTRADE DATABASE. **Trade data: Guyana**. New York: United Nations. 2023. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/TradeFlow> Acesso em: 16/04/2023.
- UNDP – United Nations Development Program. **Human Development Report 2021/2022**. Uncertain times, unsettled lives: shaping our future in a transforming world. New York: UNDP, 2022.
- USAID – United States Agency for International Development. **Democracy, human rights, and governance assessment: Guyana**. Washington, DC: USAID/DDI/DRG, 2021.
- WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico & civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WORLD BANK. **The World Bank in Guyana: factsheet**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2022a. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2020/09/02/the-world-bank-in-guyana> Acesso em: 02/03/2023.
- WORLD BANK. **Macro Poverty Outlook for Guyana: October 2022**. Washington, D.C.: World Bank Group. 2022b. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099317110122223108/idu02dfc1c8d0b2fe04942094ac0850f88e34d0e>. Acesso em: 02/03/2023.
- ZWEIG, D.; JIANHAI, B. China's global hunt for energy. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 5, p. 25-38, 2005.